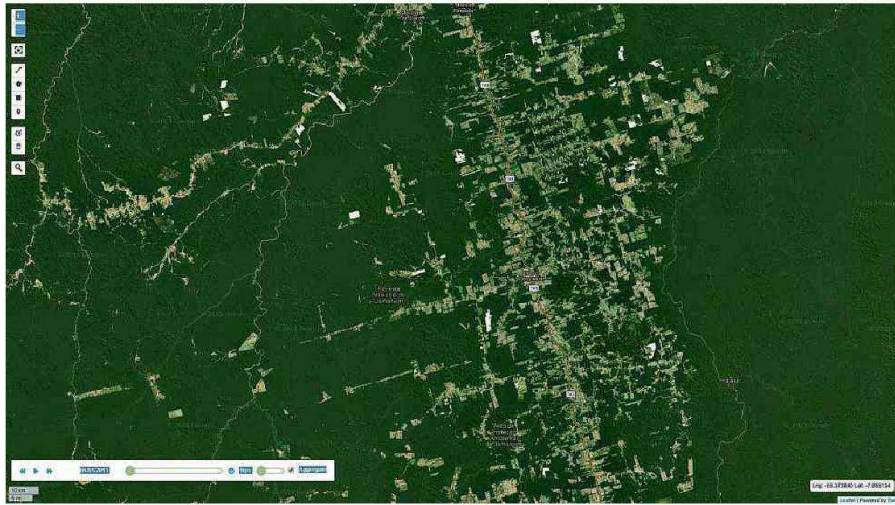


# Bolsonaro quer embargar dados de desmate para não ser 'surpreendido'

Presidente diz que informações devem chegar a ele antes porque podem prejudicar negociações



**COMO FUNCIONA O MONITORAMENTO**

**A origem das imagens**

O Inpe usa imagens de satélite para verificar as áreas com mudança da cobertura de vegetação

**Olhar rápido**

O Deter é o sistema que emite alertas das mudanças. Os dados são enviados ao Ibama diariamente para ajudar na fiscalização e deter o desmate



**Consolidado**

Os dados anuais de desmate são feitos pelo Prodes, que tem melhor resolução, também do Inpe

**Comparação**

Para estimar se houve alta ou queda de desmate, os cientistas analisam as imagens: ao lado, dados do Prodes apontam, nas áreas coloridas, o avanço, de 2013 a 2018, do desmate em uma floresta no Pará

**BRASÍLIA E SÃO PAULO** Três dias depois de dizer que os dados de desmatamento publicados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) não condizem com a verdade e prejudicam o Brasil, o presidente Jair Bolsonaro defendeu que as informações sobre derrubada de floresta passem antes por ele porque não quer ser "pego de calças curtas" com questões importantes que podem prejudicar negociações do país.

"Você pode divulgar os dados, mas tem que passar pelas autoridades até para não ser surpreendido. Até por mim, eu não posso ser surpreendido por uma informação tão importante como essa daí. Eu

não posso ser pego de calças curtas. As informações têm que chegar a nosso conhecimento de modo que nós possamos tomar decisões precisas em cima dessas informações", disse.

Ao deixar um almoço no Comando da Aeronáutica, ele também afirmou que os dados deveriam passar pelo crivo do Ministério da Ciência e Tecnologia.

"Eu estou acostumado com hierarquia e disciplina, e no governo sei que a maioria é civil. Então quando o Inpe detecta um dado qualquer, ele tem que subir os dados para o ministro Marcos Pontes, de Ciência e Tecnologia, antes passando pelo Ibama pa-

ra divulgar", disse.

Bolsonaro se referia aos dados mais recentes sobre desmatamento do sistema Deter, do Inpe, um instrumento de fiscalização cujos dados são enviados diariamente ao Ibama para ajudar no combate ao desmatamento.

Embora o Deter tenha sido desenvolvido como um suporte à fiscalização, ele pode ser usado como indicador de tendências do desmate anual. Segundo esses dados preliminares de satélites, mais de 1.000 km² de floresta amazônica foram derrubados na primeira quinzena deste mês — um aumento de 68% em relação a julho de 2018.

Já os dados consolidados so-

bre o desmatamento total no ano (período entre julho de um ano e agosto do ano seguinte) são produzidas pelo Prodes, do Inpe. Ele usa sensores de satélite mais potentes e apresenta a totalização apenas uma vez por ano.

A publicidade de dados de desmatamento é garantida pela Lei de Acesso à Informação e também pela política de dados abertos do governo federal, instituída por decreto em 2016 e confirmada por Bolsonaro em abril, quando o presidente passou à CGU (Controladoria Geral da União) a responsabilidade de coordenar o processo de abertura de dados dos órgãos do Executivo.

O monitoramento do desmatamento já havia sido alvo de críticas do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. À Folha ele disse que "os dados do Inpe são bons, mas não são precisos". Também culpou o atual monitoramento pela ineficácia no combate ao desmate e já demonstrou o desejo de trocá-lo por uma empresa privada.

Mas, na sexta (19), foi a vez de o próprio presidente dirigir críticas ao Inpe. Além de questionar a idoneidade dos dados e seu efeito na imagem do país no exterior, sugeriu que o diretor do instituto, o engenheiro Ricardo Galvão, poderia estar a serviço de ONGs.

No domingo (21) voltou ao

tema. "O que nós não queremos é uma propaganda negativa do Brasil. A gente não quer fugir da verdade, mas aqueles dados pareceram muito com os do ano passado", afirmou Bolsonaro.

Galvão respondeu. Disse que pode até ser demitido, mas que o instituto é cientificamente sólido e suficiente para resistir aos ataques do governo. A comunidade científica saiu em sua defesa.

"É um momento importante de apoio ao Inpe e os resultados desse esforço que está fazendo a comunidade científica já estão aparecendo. Eu recebi uma mensagem do ministro de Ciência e Tecnologia, que está nos EUA para a comemoração dos 50 anos do homem na Lua, e ele pediu que eu desse mais informações sobre os métodos [de detecção do desmatamento]. Ele, na verdade, sempre apoiou o Inpe e está tentando abrir um canal de diálogo com a Presidência para que consigamos estabelecer uma solução apaziguadora", disse Galvão.

Nesta segunda, porém, o ministro da Ciência, Marcos Pontes, endossou as críticas feitas por Bolsonaro. Em nota publicada em rede social, ele disse compartilhar da estranheza expressa pelo presidente quanto aos dados. Afirmo também discordar da maneira como agiu Galvão, ao se dirigir à imprensa, e que chamou o diretor do Inpe para "esclarecimentos e orientações".

O ministro disse que solicitou ao instituto relatório técnico com resultados da série histórica dos últimos 24 meses, assim como dados brutos, metodologia aplicada e "quaisquer alterações significativas desses fatores" no período.

Depois de dizer que chamaria Galvão para dar explicações, Bolsonaro disse agora que o chefe do Inpe vai ser ouvido por seus ministros.

"Você pode ver, é a mesma coisa aqui que um sargento e um cabo passa para frente uma notícia sem passar pelo capitão, coronel, brigadeiro, não está certo isso daí", disse.

Em junho, na véspera do G20, o presidente francês, Emmanuel Macron, chegou a ameaçar suspender as tratativas comerciais entre a União Europeia e o Mercosul se Bolsonaro não se comprometerse com o Acordo de Paris, que trata de questões climáticas. Após a conversa entre ambos e compromisso do brasileiro, o tratado foi assinado.

"Nã o pode alguém na ponta da linha simplesmente resolver divulgar esses dados porque pode haver algum equívoco e neste caso, como divulgou, há um enorme estrago para o Brasil. A questão ambiental o mundo todo leva em conta. Outros países, com os quais estamos negociando a questão do Mercosul, ou até um acordo bilateral, [difícil] com a divulgação desses dados", afirmou.

Questionado sobre a possibilidade de o diretor ser demitido, o porta-voz da Presidência, general Otávio Régio Barros, disse que Bolsonaro não tratou do assunto com ele. **Talita Fernandes, Daniel Carvalho, Philippe Watanabe e Ana Carolina Amaral**

## Presidente repete Dilma e Sarney ao tentar controlar dados

**ANÁLISE**

Marcelo Leite

**SÃO PAULO** A história se repete, agora como farsa. O presidente Jair Bolsonaro (PSL) quer adiar a divulgação das taxas de desmatamento na Amazônia porque não gosta delas, mais uma prova de que nada conhece de ciência e nada aprendeu com a história. O incômodo palaciano com dados da devastação apurados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) é antigo. No governo de José

Sarney, quando a destruição da Amazônia se tornou caso internacional, a tentativa pioneira foi de manipulação. Em resposta a governantes europeus que o pressionavam em 1988, Sarney divulgou que o desmate acumulou no Brasil era de 251,4 mil km². Quer dizer que era pouco, só 5% da Amazônia Legal. Reportagem de Maurício Tuffani na Folha, contudo, mostrou que a cifra omitia 92,5 mil km² de derrubadas no Pará e no Maranhão. Foi um escândalo, que contou com a ajuda da direção do Inpe.

Depois, o instituto se redimi. Investiu em tecnologia de interpretação de imagens de satélite e tornou transparente a divulgação dos dados do sistema Prodes. A cifra anual pouco ajudava no trabalho de prevenção. Em 2004, começou a funcionar um sistema mais ágil, o Deter, para detecção do desmate em tempo real, fornecendo alertas de derrubadas para o Ibama atuar quem estivesse destruindo floresta sem autorização. Foi um avanço que contribuiu para derrubar as taxas de devastação, em conjun-

to com restrições ao crédito de proprietários faltosos. De mais de 27 mil km², em 2004, a destruição caiu para 4.500 km², em 2012. O feito do governo credenciou o Brasil a receber parcelas do bilionário Fundo Amazônia, alimentado por Noruega e Alemanha. Nada disso teria sido possível sem os cientistas do Inpe ora sob ataque. Com a chegada de Dilma Rousseff (PT) ao Planalto, as coisas começaram a mudar para pior. Ainda ministra-chefe da Casa Civil, ela passou a sabotar políticas da ministra

do Meio Ambiente, Marina Silva, que deixou o governo Lula em 2008. Na cadeira de presidente, Dilma deu cada vez mais espaço para políticas a favor de ruralistas e sua agenda anti-amazônica. As taxas de desmatamento voltaram a subir. Candidata à reeleição em 2014, Dilma partiu para a ignorância, como faz agora Bolsonaro. Sabia que a devastação em alta abria um flanco na sua imagem e determinou que a divulgação dos dados do Deter fosse adiada. Nova grita da parte da opinião públi-

ca, dentro e fora do país, que dá valor à floresta. O atual ocupante do Planalto herdita agora a tática de ocultação de informações do governo do PT. Quer acesso antecipado de dados, alegando que precisa deles para tomar providências. Para evitar aumento da destruição, porém, as providências têm de vir antes dos dados que o atestam. E o que o governo Bolsonaro tem feito até aqui, sobretudo no Ministério do Meio Ambiente sob Ricardo Salles, só tem contribuído para que as taxas subam.